

### Voto do Relator 01528/2020-5

Produzido em fase anterior ao julgamento

Processo: 09064/2019-4

Classificação: Controle Externo > Fiscalização > Omissão

Setor: GAC - Sérgio Borges - Gabinete do Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges

Criação: 23/06/2020 10:41

UG: SEMCONT - Secretaria Municipal de Controle e Transparência de Vila Velha

Relator: Sérgio Manoel Nader Borges

Responsável: ANGELA MARIA SOARES SILVARES

PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA DE VILA VELHA - OMISSÃO NO ENVIO: MESES 01, 02,03 e 04 EXERCICIO 2019 - SANEAMENTO DA OMISSÃO - DEIXAR DE APLICAR MULTA - ARQUIVAR.

#### O EXMO. SR. CONSELHEIRO SERGIO MANOEL NADER BORGES:

#### **RELATÓRIO**

Os presentes autos versam acerca de omissão no encaminhamento da Prestação de Contas mensal da **Secretaria Municipal de Controle e Transparência de Vila Velha**, por meio do sistema CidadES deste Tribunal, referente aos meses 01, 02, 03 e 04 de 2019 sob responsabilidade da Senhora **Angela Maria Soares Silvares** conforme Instrução Normativa TC 43/2017.

Foi emitido o termo de Notificação Eletrônico 3470/2019-1 a Senhora Angela Maria Soares Silvares, conforme prevê o artigo 20 da IN TC4 3/2017, em razão do descumprimento do prazo do encaminhamento das Prestações de Conta mensal retro



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br











mencionadas, fixando o prazo de 5 (cinco dias) para o cumprimento da obrigação sob pena de multa, nos termos do artigo 35 do mesmo diploma legal.

Conforme manifestação Técnica Nº 5889/2019-3 (evento eletrônico 02), o Núcleo de Controle Externo de Contabilidade e Economia, em virtude do não atendimento ao termo de Notificação Eletrônico sugeriu a aplicação de multa ao responsável, a ser dosada pelo relator, vejamos:

#### PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Em face do descumprimento do prazo legal e o não atendimento ao Termo de Notificação Eletrônico 3470/2019 emitido por esta Corte de Contas em razão da referida omissão, propõe-se ao relator que submeta ao Colegiado competente:

1. A edição de Acórdão para aplicação de multa ao responsável, a ser dosada pelo relator, nos termos do art. 135, inciso VIII, na forma do § 4° do mesmo artigo, da Lei Complementar 621/2012, c/c art. 389, inciso VIII, na forma do § 1º do Regimento Interno do TCEES (aprovado pela Resolução TC 261/2013).

O Ministério Público de Contas, em Parecer 5269/2019 exarado pelo Procurador de Contas Dr. Luis Henrique Anastácio da Silva , acompanhou in totun a proposta constante na referida Manifestação Técnica (5889/2019-3).

Na 43º Sessão Ordinária do Plenário, em 10/12/2019, proferi o voto 6381/2019-5, e por unanimidade foi originada a Decisão 3740/2019-1:

#### 1. DECISÃO TC-3740/2019:

Vistos, relatados e discutidos estes autos, DECIDEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

1.1. CITAR a Senhora Angela Maria Soares Silvares - Gestora da Secretaria Municipal de Controle e Transparência de Vila Velha, para que no prazo de 05 (cinco) dias improrrogáveis, apresente os esclarecimentos que julgar pertinente, bem como os documentos que entender necessários em razão da omissão no encaminhamento da Prestação de Contas Mensal dos meses 01,02, 03 e 04 de 2019 de acordo com Instrução Normativa 43/2017, sob pena de aplicação da multa do artigo 389, inciso VIII do Regimento Interno desta Corte de Contas.



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br











- 2. Unânime.
- 3. Data da Sessão: 10/12/2019 43º Sessão Ordinária do Plenário.
- 4. Especificação do quórum:
- **4.1.** Conselheiros: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (presidente), Sérgio Manoel Nader Borges (relator), Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Domingos Augusto Taufner, Rodrigo Coelho do Carmo e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha
- 5. Membro do Ministério Público Especial de Contas: Luciano Vieira.

Devidamente citada, Termo de Citação 00007/2020-8, a senhora Angela Maria Soares Silvares apresentou tempestivamente reposta de comunicação00044/2020-9 (evento eletrônico 14) e defesa/justificativas 00065/2020-1 (evento eletrônico 15).

Em seguida, após análise da documentação acostada aos autos, a competente área técnica elaborou a **instrução Técnica Conclusiva - ITC 00421/2020-9**, concluindo que a unidade gestora, encaminhou as Prestações de contas mensal conforme proposto pelo jurisdicionado no cronograma encaminhado. Ressalta que os elementos contidos na defesa/justificativa do gestor, em conjunto ao constatado em consulta ao Sistema CidadES, não há como se vislumbrar a ocorrência de motivo de força maior, inevitável e imprevisível, apto a justificar o atraso no cumprimento da obrigação estabelecida em instrumento normativo deste Tribunal (IN TC 43/2017), sugerindo a aplicação de multa ao gestor a ser dosada pelo relator , nos termos do art.135, inciso VIII, na forma do § 4º do mesmo artigo, da lei complementar 621/2012, c/c art. 389, inciso VIII na forma do § 1º do RITEES ( aprovado pela resolução TC 261/2013).

Ato continuo, o Ministério Público de Contas, em seu Parecer 1497/2020-3, da Lavra do Dr. Luis Henrique Anastacio da Silva, pugnou pelo afastamento da multa e arquivamento do feito nos termos do artigo 330, inciso IV, do RITCEES, uma vez que essa Corte tem deixado de aplicar multa aos responsáveis, por entender plausíveis as justificativas apresentadas no sentido de que o atraso "decorreu de problemas ligados ao descumprimento de obrigações contratuais do Sistema Integrado de Gestão Pública Municipal por parte da empresa Governança Brasil — Govbr, agravados em 2018 e culminando com a impossibilidade de envio tempestivo da Prestação de Contas Anuais







www.tcees.tc.br







@tceespiritosanto



(PCA) do Prefeito Municipal do ano de 2018 e via de consequência das PCM's dos Secretários Municipais e do Presidente do Instituto de Previdência, agentes políticos gestores das suas respectivas pastas", bem como, consoante consignado na ITC, "houve cumprimento do cronograma proposto pelo jurisdicionado para a efetiva entrega das Prestações de Contas dos meses 01, 02, 03 e 04 do exercício de 2019".

É o Relatório

# **FUNDAMENTAÇÃO**

Como sobredito trata-se os autos de omissão no encaminhamento das prestações de contas Mensais referente aos meses 01, 02, 03 e 04 do exercício de 2019 da Secretaria Municipal de Controle e Transparência de Vila Velha, via sistema próprio desta Corte de Contas (CidadES), cujo envio é regulamento pela Instrução Normativa 43/2017 do Tribunal de Contas do Estado do Espirito Santo.

Em consulta ao sistema CidadES<sup>1</sup>, verificou-se que as omissões referente as prestações de contas mensais identificadas foram sanadas em : competência 01/2019 (homologada 21/10/2019); competência 02/2019 (homologada 04/11/2019); competência 03/2019 (homologada 19/11/2019); competência 04/2019 (homologada 26/11/2019), todos em atraso.

É sabido que é dever do Gestor/ordenador de despesa encaminhar as prestações de contas conforme prazo estipulado no anexo I da instrução Normativa 43/2017 do TCEES, referente à unidade administrativa a que o gestor estiver a frente.

O responsável veio aos autos justificar que o atraso no envio das prestações de contas mensal (PCMs), ocorreu devido as dificuldades ocorridas em relação ao processo licitatório iniciado em 2018 para aquisição do sistema Integrado de Gestão Pública Municipal.

https://restrito-cidades.tce.es.gov.br/CidadESPortalWeb/PrestacaoContaMensal#/CidadESPortalWeb/PrestacaoContaMensalEnvia r/EnviarPrestacaoContaMensal Acesso em 13/12/2019

















Quanto a justificativa apresentada pelo jurisdicionado, entendo por bem acata-las. Pois, restou evidenciada a ausência de má fé do gestor em sua conduta, uma vez que, conforme destacado pelo o ilustre Procurador em seu Parecer 1497/2020-3: "essa Corte tem deixado de aplicar multa aos responsáveis, por entender plausíveis as justificativas apresentadas no sentido de que o atraso "decorreu de problemas ligados ao descumprimento de obrigações contratuais do Sistema Integrado de Gestão Pública Municipal por parte da empresa Governança Brasil — Govbr, agravados em 2018 e culminando com a impossibilidade de envio tempestivo da Prestação de Contas Anuais (PCA) do Prefeito Municipal do ano de 2018 e via de consequência das PCM's dos Secretários Municipais e do Presidente do Instituto de Previdência, agentes políticos gestores das suas respectivas pastas", bem como, consoante consignado na ITC, "houve cumprimento do cronograma proposto pelo jurisdicionado para a efetiva entrega das Prestações de Contas dos meses 01, 02, 03 e 04 do exercício de 2019".

Ante o exposto ,Entendo, por bem, deixar de aplicar multa ao responsável e, nos termo do artigo 330<sup>2</sup> do Regimento Interno dessa Corte de Contas, propor o arquivamento.

Este vem sendo o entendimento esposado por esta Corte de Contas consoante se verifica nos autos dos processos TC 08831/2019, 8866/2019, 9089/2019; 08641/2019-, 8867/2019, 8868/2019-2, 8633/2019, 9088/2019. 9120/2019, entre outros.

Ante o exposto, divergindo do entendimento da Área Técnica e acompanhando o entendimento do Ministério Público de Contas, **VOTO** para que seja adotada a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

# SÉRGIO MANOEL NADER BORGES Conselheiro Relator

<sup>2</sup> Art. 330.

O processo será arquivado nos seguintes casos:

(...)

IV-Quando tenha o processo exaurido o objetivo para o qual foi constituído;





















## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão Colegiada, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- Deixar de Aplicar Multa a Senhora Angela Maria Soares Silvares Gestora da Secretaria Municipal de Controle e Transparência de Vila Velha;
- Recomendar ao gestor para que se atente ao prazo de encaminhamento da Prestações de Contas Mensal;
- 3. **Arquivar** o presente processo nos termos do artigo 330, inciso IV do Regimento Interno desta corte de contas;
- 4. Dar ciência ao interessado.





www.tcees.tc.br











